



PARLAMENTO JOVEM E O ENTENDIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: O CASO DE PALMEIRA-PR

Edson Gil Santos Júnior; Sérgio Soares Braga¹

Palavras-chave: Parlamento Jovem. Participação Política. Função Educativa do Parlamento. Câmara Municipal de Palmeira.

RESUMO

A carência de conhecimento sobre o funcionamento do Poder Legislativo pode ser considerada expressiva na proporção daqueles que desacreditam na política e nos aparelhos democráticos. Uma fatia considerável da população confunde o trabalho dos parlamentares com o assistencialismo, além de uma extensão do trabalho efetuado pelo Poder Executivo, como se fosse uma Secretaria da Prefeitura, do governo do estado ou da federação.

Desta forma, o cidadão desconhece que o Poder Legislativo é, por fundamento, independente do Poder Executivo, com atribuições legislativas na votação e proposições de leis, de assessoramento ao Executivo, mas também na função fiscalizadora e até julgadora. Estudos recentes têm apontado que outras importantes funções estão se agregando às funções tradicionais desempenhadas pelos órgãos parlamentares, tais como a função educativa, e a “função participativa”, destinadas a aumentar a compreensão da população sobre o funcionamento das instituições parlamentares, bem como ampliar os espaços para a influência dos cidadãos nas atividades do parlamento (LESTON-BANDEIRA, 2007; BRAGA, MITOZO; TADRA, 2016).

Neste contexto, percebe-se que os chamados “programas de politização” (tais como Parlamento Jovem, programas de visitação aos parlamentos e outros) buscam encurtar a distância entre a população, através dos jovens, com seus representantes, motivando a participação política, demonstrando que é mais fácil do que se imagina entender e até interagir politicamente.

De acordo com Leston-Bandeira (2012), por muito tempo a relação entre o Parlamento e o público não era uma prioridade para legislaturas. Para ela, o advento da Internet ocasionou um movimento em direção a uma democracia mais participativa, de forma a mudar o foco destas instituições consideravelmente, mesmo que ainda sejam incertos os impactos dessa mudança sobre os níveis de confiança da população nas instituições parlamentares e sobre a melhoria da qualidade da democracia.

¹ Universidade Federal do Paraná (edsongil_jornalista@hotmail.com; sssbraga@gmail.com)

IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



Bernardes e Leston-Bandeira (2016) apontam cinco passos necessários para o engajamento da população com órgãos legislativos: 1) informação, 2) compreensão, 3) identificação, 4) participação e, 5) intervenção. De acordo com as autoras, a partir desta perspectiva, os cidadãos precisam de uma certa quantidade de informações sobre a instituição e sobre os membros do parlamento (MP)² para apoiar a sua capacidade de agir e reagir em um mundo político.

Barros (2016), por sua vez, defende que neste cenário as instituições legislativas exercem papel reconhecidamente relevante como radares da opinião pública, além de serem caixas de ressonância para a percepção e a vontade do cidadão, manifestas nas esferas públicas informais. Ele salienta a função educativa da legislação, uma vez que remete à ideia de que o processo envolvido na elaboração de cada lei pressupõe o debate democrático, argumentação racional, diálogo cívico, além do reforço e fortalecimento dos valores que orientam a própria democracia.

Em virtude destes fatores, além de outras iniciativas de programas de politização e educação política já em andamento, é que se constata a necessidade de educar para a cidadania política a partir dos parlamentos, bem como de se aprofundar pesquisas sobre os resultados efetivos desses programas nas várias esferas em que se dá a representação política. Como também apontado por Fuks (2014), há indícios de que tais programas têm impacto positivo não apenas da dimensão educativa, mas também em outras dimensões da cultura cívica tais como o entendimento do processo legislativo, e desenvolvimento das *expertises* de interagir em debate e ter a oportunidade de decidir em deliberação, em uma simulação do trabalho parlamentar.

No entanto, são necessários mais estudos para que se compreenda o jovem, enquanto público-alvo em questão. Outra finalidade seria saber se os referidos programas cumprem o papel de educar para a cidadania no âmbito legislativo e se o conhecimento adquirido pode ser aplicável no cotidiano do participante dessas iniciativas, e se será reverberado de maneira correta para aqueles que o cercam.

O presente estudo busca apresentar a primeira parte de uma pesquisa que pretende analisar os impactos do programa do Parlamento Jovem de Palmeira no entendimento adquirido pelos participantes sobre o Poder Legislativo Municipal. Como hipótese mais geral afirmamos que a participação em tais programas incide positivamente sobre a cultura cívica dos participantes, diminuindo sua desconfiança sobre as instituições parlamentares e partidárias, aumentando sua compreensão sobre o papel do parlamento numa democracia participativa.

Como metodologia de análise é empregada a pesquisa de *survey*, aplicada a egressos do programa Parlamento Jovem de Palmeira das edições de 2014 e 2015, bem como de participantes do ano de 2016. Um questionário de 32 questões foi respondido por 28

² Membros do Parlamento (MP) é como são chamados os deputados na Câmara dos Comuns (*House of Commons*), no Reino Unido.

IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



estudantes de maneira voluntária, com o auxílio das instituições e ensino participantes da iniciativa realizada pela Câmara Municipal de Palmeira. Dos egressos, seis estudantes participaram na edição de 2014 e oito da edição de 2015, enquanto de 2016, além dos nove vereadores jovens, cinco dos seis suplentes também contribuíram com a pesquisa.

Para Babbie (2003), *surveys* são frequentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos. Neste caso, são os traços e atributos adquiridos por este recorte específico de público, após a participação no Parlamento Jovem de Palmeira que foi estudado.

Os questionamentos visaram mensurar o que foi aprendido pelos participantes nas palestras, nas atividades compartilhadas com os parlamentares jovens eleitos nas escolas, nas reuniões das comissões permanentes do Programa, na orientação com os vereadores da Casa e nas sessões plenárias realizadas no decorrer do ano de mandato.

Entre os principais resultados, descobriu-se com os questionários que informações gerais do Legislativo Municipal e do processo legislativo foram assimiladas pela maioria dos participantes como, por exemplo, as diferenças das modalidades de proposições, funções dos vereadores e estrutura da Câmara Municipal. Por outro lado, percebeu-se fragilidades no aprendizado da diferença dos poderes e nas condições para o cidadão se candidatar.

Por fim, o *survey* indaga sobre a visão de fora que o parlamentar jovem tem do Poder Legislativo, de que canais recebe informação, como enxerga a iniciativa, a importância do ensino da política no âmbito escolar, e a própria participação em grêmios estudantis.

Desta forma, a pesquisa serviu para identificar pontos fortes e fracos no ensino do Parlamento Jovem de Palmeira, aqueles a serem mantidos enquanto práticas pedagógicas bem-sucedidas, mas principalmente reavaliar os fatores não assimilados pelos participantes, de forma a refletir na melhor maneira de transmitir o conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa em survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BARROS, A. T. de. Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 136, p. 861-872, 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016112841>> Acesso em: 2 mar. 2018.
- BERNARDES, C. B.; LESTON-BANDEIRA, C. Information vs engagement in parliamentary websites: a case study of Brazil and the UK. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 91-107, set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n59/0104-4478-rsocp-24-59-0091.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2018.
- BRAGA, S. S.; MITOZO, I. B.; TADRA, J. As funções educativas dos e-parlamentos: uma análise longitudinal do caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, p. 1192-1215,

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n162/1980-5314-cp-46-162-01192.pdf>> Acesso em: 4 mar. 2018.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 425-449, dez. 2014.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300425> Acesso em: 12 jul. 2017.

LESTON-BANDEIRA, C. The impact of the internet on Parliaments: a legislative studies framework. **Parliamentary Affairs**, v. 60, n. 4, p. 655-674, Oct. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/pa/gsm040?>> Acesso em: 9 mar. 2018.

LESTON-BANDEIRA, C. Studying the relationship between Parliament and citizens. **The Journal of Legislative Studies**, v. 18, n. 3-4, p. 265-274, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13572334.2012.706044>> Acesso em: 15 set. 2017.